

# Boletim INAF

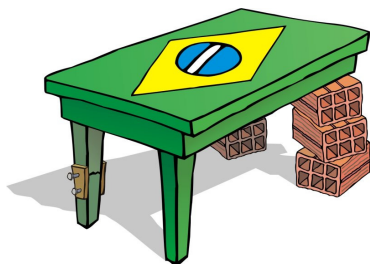
Abril / Maio de 2007



## Nesta edição:

<b>EDITORIAL</b> .....	01
<b>DESTAQUES</b>	
<b>O preconceito contra o analfabeto</b> .....	02
<b>A Auto-percepção do Indivíduo em Leitura e o seu Nível de Alfabetismo Funcional em Letramento</b> .....	05
<b>FIQUE POR DENTRO</b>	
<b>INAF é realizado em Campinas-SP</b> .....	08
<b>NOTA</b> .....	09

## EDITORIAL



Esta edição do Boletim INAF traz diferentes artigos sobre questões relacionadas ao alfabetismo e ao alfabetismo funcional.

No mês de maio, aconteceu o Simpósio "Preconceito e Desqualificação Social: novas abordagens da desigualdade no Brasil", no qual foi apresentado o livro *O preconceito contra o analfabeto*, escrito por Maria Clara Di Pierro e Ana

Maria Galvão\*. O primeiro artigo trata dessa publicação e descreve o processo que as autoras utilizaram para abordarem tal tema. Além disso, elas discorrem sobre as implicações de tal preconceito em nossa sociedade.

Outro artigo, escrito por Tufi Machado Soares\*\*, aborda a auto-percepção dos indivíduos que respondem o INAF em Leitura e o seu nível de alfabetismo funcional levantado no teste propriamente dito. Essa análise foi baseada nos dados levantados no balanço de 5 anos do INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional, publicado no final do mês de março.

Além de artigos reflexivos, divulgamos também algumas informações sobre o INAF realizado no município de Campinas, no Estado de São Paulo, em abril, e algumas informações gerais sobre a 6ª edição nacional do INAF, que será divulgado ainda esse ano, no início do próximo semestre.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Equipe do Instituto Paulo Montenegro.

# Boletim INAF

Abril / Maio de 2007



## DESTAQUES

### O preconceito contra o analfabeto

Por Maria Clara Di Pierro (USP) e Ana Maria Galvão (UFMG)\*

Iniciamos o livro *O preconceito contra o analfabeto* narrando um episódio: em um momento de formação de alfabetizadores de jovens e adultos, foi solicitado que as pessoas explicitassem a primeira idéia que vem à mente quando ouvem a palavra analfabeto. Uma análise dos significados das expressões mencionadas permite discernir um primeiro grupo de respostas que caracterizam o sujeito pelos atributos que lhe faltam: o analfabeto é alguém que não sabe ler e escrever, é alguém que não é capaz, não é preparado, não é informado, não é humanizado, não tem conhecimentos. As expressões que se referem às características que o sujeito tem são menos frequentes e carregadas de sentido negativo: ignorantes, dependentes, cegos, sofredores, coitados e alienados. Menções a expressões positivas e valorizadas como cidadão, sabedoria e curioso configuram exceções a esse quadro mais geral. Um outro grupo de expressões citadas procura explicar os motivos que levam à existência de pessoas analfabetas na sociedade brasileira, vinculando o analfabetismo à exclusão social, à pobreza e à fome, à dominação de classe e à ausência de direitos. Um terceiro grupo de expressões relaciona o analfabetismo ao preconceito e à discriminação. Esse rápido exercício permite constatar que a palavra analfabeto é carregada de significados negativos, pré-julgamentos e estigmas que permeiam as relações das pessoas com os que se encontram nessa condição.



Na sociedade da informação e do conhecimento pode parecer natural a existência de preconceito contra aqueles que não sabem ler nem escrever. É difícil desvencilhar-se das armadilhas do preconceito quando ele se refere a uma condição social que não se deseja afirmar, como é o caso do analfabetismo nos contextos culturais permeados pela escrita. Nesse território pleno de ambigüidades, um passo necessário para produzir contra-discursos que contribuam para romper estereótipos e estigmas é a busca de uma compreensão mais aprofundada do processo de construção e legitimação dos preconceitos.

Disseminado diariamente na mídia e manifesto nas mais diversas situações de interação, o preconceito é introjetado por aquele que não sabe ler nem escrever: vê-se como cego, como ignorante, como aquele a quem falta algo para corresponder às expectativas sociais. Por outro lado, na análise dos seus discursos percebe-se, também, em uma aparente contradição, expressões de resistência à desvalorização sociocultural e a força das táticas utilizadas cotidianamente para driblar as dificuldades advindas de sua inserção em uma sociedade grafocêntrica.

# Boletim INAF

Abril / Maio de 2007



A construção social dessa visão negativa das pessoas analfabetas é resultante de um processo histórico, e sua análise nos ajuda a mostrar que o letramento não é um bem universal, intrinsecamente positivo, na medida em que está sempre referido a contextos específicos, que atribuem a ele um maior ou menor valor.

No Brasil, durante o Período Colonial e mesmo durante o Império, enquanto a sociedade predominantemente agrária estava imersa na oralidade, a condição de analfabeto era compartilhada por escravos e senhores, elites e grupos populares, e não era vista como um atributo negativo. Quando ao final do século XIX um mínimo de escolarização passou a distinguir as elites nacionais e as práticas sociais mediadas pela leitura e pela escrita começaram a se disseminar no meio urbano, o analfabetismo passou a ser associado aos grupos situados na base da pirâmide social e a adquirir, nos discursos das classes dominantes, conotações negativas. Continuamente marginalizadas das oportunidades de acesso à educação, as camadas populares viram, ao longo do século XX, o analfabetismo ser convertido, no discurso das elites, em causa do atraso econômico e das mazelas sociais do país, de que é, na verdade, apenas uma das conseqüências. Só recentemente, em 1988, os analfabetos conquistaram os direitos à educação elementar pública e gratuita e voltaram a poder votar. Fruto desse processo, o país apresenta ainda hoje grandes números de analfabetos absolutos e funcionais, que a sociedade desqualifica, mas pouco age para, resgatando a sua auto-estima, garantir-lhes o pleno exercício da cidadania. A distribuição sócio-espacial do analfabetismo alcança de modo mais agudo os pobres dos grupos de idade mais elevada, os negros e as pessoas que vivem nas zonas rurais e no Nordeste.

O preconceito em relação ao analfabeto não é só um fenômeno brasileiro, e sua vigência tem sido legitimada pela difusão de teorias científicas que estabelecem nexos mecânicos entre alfabetização e desenvolvimento social e cognitivo, dicotomizam as relações entre oralidade e escrita e referendam hierarquias entre letrados e iletrados. Outras teorias, porém, interpretam o analfabetismo como fenômeno histórico-cultural, e questionam essas dicotomias, relações mecânicas e hierarquias, reconhecendo nos analfabetos produtores de cultura e verificando a complexidade do modo de pensamento oral. O analfabeto tem, assim, modos de pensamento diferentes, e não mais "primitivos", daqueles que estão imersos na cultura escrita.

Embora não tenha um valor em si mesmo, o domínio da leitura e da escrita constitui, na sociedade brasileira contemporânea, principalmente nos núcleos urbanos, um instrumento de cidadania e, por esse motivo, tem sido pauta de políticas públicas, dos movimentos sociais e de projetos educacionais. Como, então, elaborar práticas educativas que contribuam para aproximar, sem reforçar estigmas, o analfabeto e o mundo do escrito?

Embora tenham modos de organização distintos, culturas orais e culturas escritas não podem ser vistas como pólos dicotômicos. Indivíduos não alfabetizados que têm uma atuação em instâncias que exigem uma organização mais elaborada da oralidade, como artistas populares, lideranças políticas ou religiosas, se inserem com mais facilidade na cultura escrita. Na mesma direção, práticas educativas que têm como um de seus modos de organização a leitura em voz alta de

# Boletim INAF

Abril / Maio de 2007



textos escritos contribuem para uma aproximação menos tensa dos indivíduos não alfabetizados nas lógicas da escrita. Assim, situações em que o oral e o escrito estão presentes sem hierarquizações evidentes contribuem para uma aproximação entre as duas formas de expressão, o que deve ser considerado nas estratégias e metodologias de alfabetização.

O jovem ou adulto que não sabe ler nem escrever não é incapaz, não é "puro" ou ingênuo, nem é uma criança crescida. O analfabeto é produtor cotidiano de riqueza material e cultural e não ignorante de saber. Nesse sentido, embora pareça chavão, é preciso conhecer mais profundamente o que sabem, o que pensam e como aprendem os jovens e adultos em processo de alfabetização. Nas sociedades urbanas, mesmo o indivíduo que não sabe ler, tem um nível de inserção na cultura escrita – e elabora hipóteses a respeito desse sistema – que deve ser considerado. Também por isso o educador não deve se considerar alguém com a missão de tirá-lo das "trevas" ou da "escuridão". O analfabetismo não é uma doença, não é uma chaga, não pode ser responsabilizado pelo atraso ou pelo desenvolvimento de uma sociedade. Não se deve, desse modo, como fazem muitos programas e educadores, realizar falsas promessas aos educandos, atribuindo à alfabetização – pura e simplesmente – a "luz no fim do túnel", a melhoria automática de suas condições de vida.

A crítica à concepção que atribui à alfabetização poderes de transformação pessoal e social que de fato não possui não deve, entretanto, ser interpretada como tolerância perante políticas educacionais omissas que violam os direitos que jovens e adultos têm de fruir plenamente os bens culturais de nossa sociedade, dentre os quais a alfabetização, uma das muitas portas que abrem horizontes de aprendizagem ao longo da vida.

\* Maria Clara Di Pierro (USP) e Ana Maria Galvão (UFMG) são autoras de *Preconceito contra o analfabeto*, publicado pela editora Cortez em 2007, na *Coleção Preconceitos*, de que este artigo é um breve excerto.

# Boletim INAF

Abril / Maio de 2007



## DESTAQUES

### A Auto-percepção do Indivíduo em Leitura e o seu Nível de Alfabetismo Funcional em Letramento

Por Tufi Machado Soares\*\*



Nos questionários contextuais aplicados pelo INAF, em conjunto com os testes de letramento, é perguntado ao indivíduo qual é a sua capacidade de leitura. As opções de respostas são: 1) Incapaz de Ler, 2) Lê com grande dificuldade, 3) Lê com alguma dificuldade ou, 4) Não tem nenhuma dificuldade para ler. Um estudo interessante é o relacionamento entre a capacidade declarada e o nível de alfabetismo funcional. Naturalmente, a correlação linear entre as duas variáveis é bastante elevada<sup>1</sup> como se pode ver na tabela de cruzamentos abaixo:

#### e uma maneira geral como o Sr(a) avalia a sua capacidade de leitura? \* Nível de Alfabetismo Funcional (Português)

		Nível de Alfabetismo Funcional(Português)				Total
		Analfabeto	Rudimentar	Básico	Pleno	
Incapaz de Ler	Número de Indivíduos	<b>258</b>	25	0	1	284
	Percentual de Indivíduos	<b>90.8%</b>	8.8%	.0%	.4%	100.0%
Lê com grande dificuldade	Número de Indivíduos	<b>138</b>	<b>273</b>	51	4	466
	Percentual de Indivíduos	<b>29.6%</b>	<b>58.6%</b>	10.9%	.9%	100.0%
Lê com alguma dificuldade	Número de Indivíduos	62	<b>732</b>	<b>485</b>	140	1419
	Percentual de Indivíduos	4.4%	<b>51.6%</b>	<b>34.2%</b>	9.9%	100.0%
Não tem dificuldade para ler	Número de Indivíduos	23	893	<b>1660</b>	<b>1248</b>	3824
	Percentual de Indivíduos	.6%	23.4%	<b>43.4%</b>	<b>32.6%</b>	100.0%
Total	Número de Indivíduos	481	1923	2196	1393	5993
	Percentual de Indivíduos	8.0%	32.1%	36.6%	23.2%	100.0%

Em geral, quem declara possuir melhor capacidade de leitura também apresenta maior nível de alfabetismo funcional. No entanto, a relação não é perfeita e há uma margem

<sup>1</sup> A correlação de Pearson é cerca de 0,586 e a correlação de Spearman cerca de 0,525.

# Boletim INAF

Abril / Maio de 2007



razoável de variação entre o que é declarado e o que é medido no teste cognitivo. Por exemplo, para os indivíduos que julgaram ler com dificuldade 29,6%, 58,6%, 10,9% e 0,9%, respectivamente, são classificados como pertencentes ao nível de analfabeto, rudimentar, básico e pleno, no teste cognitivo. Vamos admitir que o indivíduo declara com honestidade sua capacidade de leitura. Essa hipótese é razoável tendo em vista que, como foi realizado um teste cognitivo, não há razão aparente para uma resposta em desconformidade com o que ele de fato acredita. Assim sendo, o mais provável é que o indivíduo tenha uma percepção desviada, direcionada num sentido positivo ou num sentido negativo, de sua real condição de leitura. Vamos admitir que os indivíduos indicados em negrito na tabela acima tenham uma percepção mais centrada de sua condição de leitura. Isto é, estes indivíduos avaliam razoavelmente bem sua condição de leitura. Por outro lado, os indivíduos representados na parte superior direita da tabela têm uma percepção desviada para baixo de sua real condição de leitura, isto é, estes indivíduos têm uma auto-percepção subestimada de sua condição de leitura. São indivíduos, naturalmente, mais exigentes. Já os indivíduos representados na parte inferior esquerda da tabela têm uma percepção desviada para cima de sua real condição de leitura, isto é, eles apresentam uma auto-percepção superestimada. Uma pergunta natural, nesse contexto, é a seguinte: Quais são as características dos indivíduos que apresentam uma percepção estereotipada de sua condição de leitura? Utilizando um modelo<sup>2</sup> estatístico apropriado, foi possível investigar dentre algumas das variáveis do questionário contextual do INAF as que apresentavam diferenças significativas entre os indivíduos cuja percepção é desviada do real e os indivíduos cuja percepção é razoavelmente boa quanto sua condição de leitura. Não foram encontradas diferenças quanto à raça ou ao gênero do indivíduo, mas foram encontradas diferenças significativas quanto à idade e a escolaridade. Por exemplo, há uma maior prevalência de indivíduos com uma tendência superestimada da percepção da condição de leitura entre os que tem mais de 25 anos do que entre os que tem menos de 25 anos, como pode ser visto no gráfico abaixo.

---

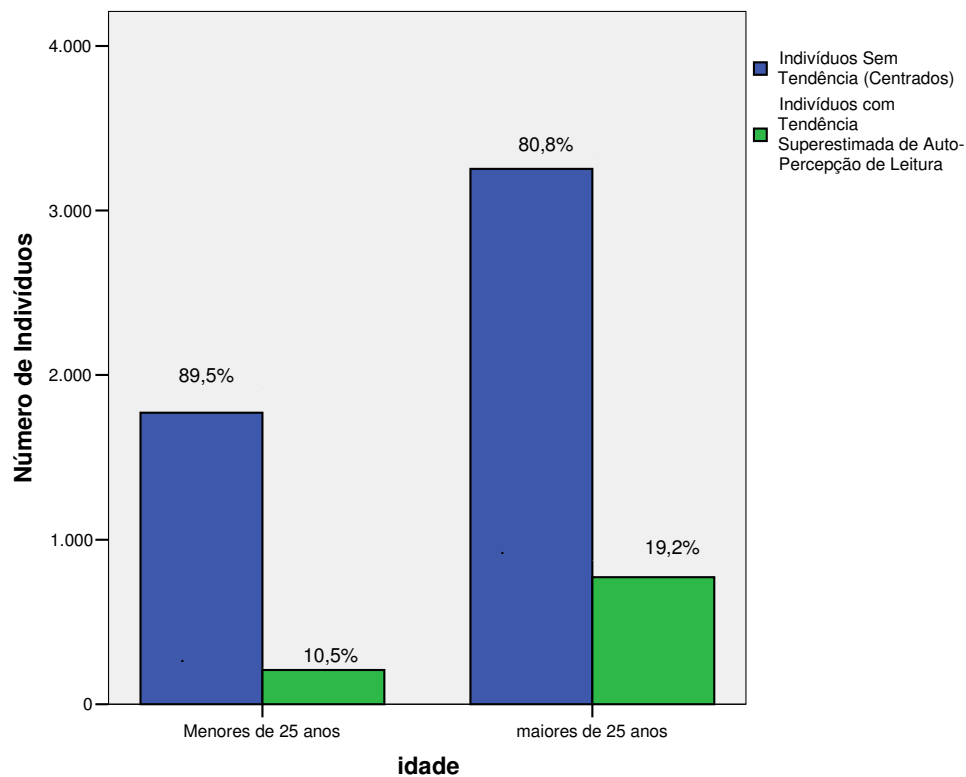
<sup>2</sup> Modelo de regressão Logístico.

# Boletim INAF

Abril / Maio de 2007



### Relação da Idade Com a Auto-Percepção da Capacidade de Leitura



Isto quer dizer que, quanto a auto-percepção da capacidade de leitura, os mais velhos tendem a ser menos rigorosos consigo mesmos do que os mais jovens.

\*\* Tufl Machado Soares é Professor do Departamento de Estatística da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFJF, Coordenador de Pesquisa e Análise de Dados do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), Doutor pela PUC-Rio (Estatística e Teoria Matemática de Controle) e Especialista em Análise de Dados de Programas de Avaliação Educacional (PROEB-MG, GERES, NOVA ESCOLA - RJ, PRÓ-JOVEM, entre outros).

# Boletim INAF

Abril / Maio de 2007



## FIQUE POR DENTRO

### INAF é realizado em Campinas-SP

Por Fernanda Cury

Durante os meses de março e abril, o Instituto Paulo Montenegro, em parceria com a Ação Educativa e o IBOPE Opinião, realizou o INAF (Indicador de Alfabetismo Funcional) no município de Campinas. Foram entrevistadas 602 pessoas, entre 15 e 64 anos, durante o período de 16 a 26 de março.

Segue o perfil da amostra:

GÊNERO		FAIXA ETÁRIA				ESCOLARIDADE			
MAS	FEM	15 A 24 ANOS	25 A 34 ANOS	35 A 49 ANOS	50 ANOS E MAIS	ATÉ 4ª SÉRIE DO FUND.	5ª A 8ª SÉRIE DO FUND.	ENS. MÉDIO	SUPE-RIOR
49%	51%	28%	25%	26%	21%	25%	28%	29%	19%

RENDA FAMILIAR (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)			CRITÉRIO ECONÔMICO BRASIL		
MAIS DE 5	MAIS DE 2 A 5	ATÉ 2	CLASSE A/ B	CLASSE C	CLASSE D/ E
31%	48%	20%	32%	49%	19%

Diferentemente de outras avaliações realizadas no âmbito escolar, o INAF revela as condições de alfabetismo de uma população que majoritariamente integra a força de trabalho, que atua como consumidores, eleitores, chefes de família, avaliando aquelas habilidades necessárias para a vida numa sociedade letrada.

O INAF Campinas foi solicitado por um grupo de empresários e organizações locais que pretendem utilizá-lo para pautar ações voltadas à melhoria da qualidade da Educação na cidade. Esse movimento regional compõe parte do Compromisso Todos Pela Educação, que é uma mobilização nacional organizada em 2006, com a missão de "contribuir para a efetivação do direito de todas as crianças e jovens à Educação Básica de qualidade, até 2022, bicentenário da independência do nosso país". Foram traçadas, pelo Compromisso, 5 metas principais: toda criança e jovem de 4 a 17 anos estará na escola; até 2010, 80% e, até 2022, 100% das crianças de 8 anos de idade estarão plenamente alfabetizadas; todo aluno aprenderá o que é apropriado para a sua série; todo aluno concluirá o Ensino Fundamental até os 16 anos de idade e o Ensino Médio até os 19 anos; o investimento em educação deve ser garantido e gerido de forma eficiente e ética. Saiba mais sobre o Compromisso: <http://www.todospelaeducacao.org.br>.

# Boletim INAF

Abril / Maio de 2007



A pesquisa também tem como objetivos identificar fatores que evidenciam as causas e os efeitos da condição de alfabetismo funcional e sua relevância e descrever e quantificar as limitações enfrentadas pelos diferentes níveis de alfabetismo em suas atividades e práticas cotidianas.

No presente momento, os resultados estão sendo analisados pelo grupo solicitante e por especialistas e organizações que apresentarão propostas de programas e projetos voltados à melhoria da qualidade da educação e à redução do grau de alfabetismo funcional do município.

## NOTA

- ✓ **A 6ª edição nacional do INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional já retornou dos trabalhos de campo e os dados estão em fase de análise. Em breve, serão divulgados os resultados do INAF 2007!**
- Lembramos que essa edição do INAF trará informações sobre os graus de alfabetismo funcional da população brasileira em letramento (habilidades de leitura e escrita) e numeramento (habilidades de cálculo) simultaneamente.**

Boletim INAF é um informativo do Indicador de Alfabetismo Funcional

**Instituto Paulo Montenegro:** [www.ipm.org.br](http://www.ipm.org.br) - Alameda Santos, 2101, 9º andar – CEP: 01419-002 – São Paulo/SP.

**Edição:** Fernanda Cury – e-mail: [fernanda.cury@ibope.com.br](mailto:fernanda.cury@ibope.com.br).

**Redação:** Ana Maria Galvão, Fernanda Cury – e-mail: [fernanda.cury@ibope.com.br](mailto:fernanda.cury@ibope.com.br), Maria Clara Di Pierro, Tufi Machado Soares

**Revisão:** Ana Terra de Grammont – e-mail: [terra.grammont@ibope.com.br](mailto:terra.grammont@ibope.com.br), Fabiana de Freitas – e-mail: [fabiana.freitas@ibope.com.br](mailto:fabiana.freitas@ibope.com.br), Fernanda Cury – e-mail: [fernanda.cury@ibope.com.br](mailto:fernanda.cury@ibope.com.br).

Este informativo pode e deve ser reproduzido, desde que citada a fonte.